

SANTANA; João Paulo Dória de ¹, PEREIRA; Delma dos Santos Silva ²

RESUMO

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objeto de discussão o processo de inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais no contexto das práticas corporais no âmbito da Educação Física escolar. Para tanto, partimos do seguinte problema de pesquisa: Como a Educação Física pode contribuir para construção de práticas anticapacitistas e, por consequência, escolas mais inclusivas? A partir do problema supracitado, expusemos aqui nosso percurso investigativo, que objetivou a compreensão dos limites e possibilidades da Educação Física na construção de uma cultura anticapacitista na escola. Do ponto de vista metodológico, trata-se de um ensaio teórico no qual levantamos artigos e livros que se debruçaram sobre a temática, a fim de subsidiar nossa discussão.

O CAPACITISMO E A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Em que pese o avanço do debate nas últimas décadas sobre a compreensão do que é a deficiência e o seu processo de escolarização, infelizmente não é incomum ainda encontrarmos visões estigmatizadas sobre este público, mostrando que para muitas pessoas a deficiência ainda é a condição que reduz o indivíduo, não apenas uma de suas características. Essa redução tende a levar a compreensão por meio de generalizações indevidas que, conforme afirma Amaral (1998), referem-se à “[...] transformação da totalidade da pessoa com deficiência na própria condição da deficiência, na ineficiência global”. Nesta perspectiva, o indivíduo com deficiência não é alguém com uma dada condição, é ele mesmo a condição específica, “a encarnação da ineficiência total” e que seria, portanto, digno de ser tratado com piedade ou admiração exagerada, reforçando ideias de subestimação ou superestimação.

Esse conjunto de generalizações estão contidas no conceito de capacitismo, que segundo Campbell (2008, apud Seron et al, 2021) consiste em uma atitude que desvaloriza a deficiência por meio da valorização de um modelo de capacidade física considerada padrão, sendo considerado inadequado tudo aquilo que foge a esse modelo ideal.

Por sua função social, a escola precisa não só romper com as concepções capacitistas de deficiência como também fomentar uma cultura escolar anticapacitista. Ao citar a função social da escola, estamos questionando sobre a relação entre educação e política. Segundo Saviani (2008), a educação escolar e a política são fenômenos distintos e com funções específicas, mas que não se separam pois estão em constante relação. O autor afirma também que toda a prática educativa contém inevitavelmente uma dimensão política e toda prática política contém, por sua vez, inevitavelmente uma dimensão educativa.

A escola assume funções sociais que adquire do contorno da sociedade na qual está inserida, funções estas que se relacionam com os objetivos escolares e os objetivos pedagógicos de cada componente curricular. No interior da escola tradicional, existe em seu modo de operação mecanismos que visam garantir as metas de reprodução da sociabilidade hegemônica, mas que nem sempre são explícitos. Muitas vezes aparecem nas práticas pedagógicas vigentes que incorporam, em si, essas funções, como a função social seletiva. Podemos destacar, por exemplo, a prática de orações e a presença de crucifixos ou a lógica de seriação que parte de uma educação baseada na seletividade pela homogeneização dos tempos de aprendizagem, aspecto que atinge diretamente os estudantes com necessidades educativas especiais (NEE).

No entanto, ao mesmo tempo que a escola se estabelece enquanto um espaço de reprodução social sob a hegemonia capitalista e de seus agentes políticos, a mesma, por refletir as contradições da sociedade de classes, pode ser um espaço de contra-hegemonia na perspectiva da construção de práticas e de culturas escolares que tenham como pressuposto à diversidade de classe social, gênero, raça, origem étnica, religião, orientação sexual e neurocognitiva. Para tanto, é fundamental reconhecer os aspectos que limitam o pleno acesso e permanência de estudantes no espaço escolar, especialmente os estudantes NEE, para poder apontar caminhos e construir possibilidades a partir das diferentes realidades escolares.

A EDUCAÇÃO FÍSICA E A LUTA ANTICAPACITISTA NAS ESCOLAS: LIMITES E POSSIBILIDADES

Considerando as políticas implementadas nas três últimas décadas (em especial, a LDB 9394/96; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008; a Lei N° 13.146/2015 – Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência) é inegável o quanto avançamos na compreensão do que é necessário para a garantia do acesso à educação para as pessoas com necessidades educativas especiais. No entanto, na dinâmica cotidiana das instituições educacionais, da educação infantil ao ensino superior, ainda encontramos uma série de barreiras que impedem o pleno exercício do direito à educação por parte deste público. Dentre estas barreiras, podemos destacar:

Barreiras arquitetônicas: Apesar do crescente número de matrículas de estudantes NEE em escolas regulares, segundo dados do Censo Escolar (2022), aproximadamente 27% das instituições de educação básica ainda não oferece recursos de apoio a pessoas com deficiência, como elevadores, rampas, banheiros específicos, pisos táteis, dentre outros. Mesmo entre as escolas que possuem alunos com deficiência matriculados, 19,4% também não têm nenhum desses recursos. A ausência de estrutura adequada no tocante as práticas corporais tendem a refletir na qualidade do acesso que o estudante NEE terá dos conhecimentos da cultura corporal.

Barreiras comunicacionais e pedagógicas: Faltam salas de recursos multifuncionais, auxiliares de apoio ao educando NEE e intérpretes de LIBRAS; conforme dados do MEC (2022), 94% dos professores regentes não têm formação continuada sobre Educação Especial. Dependendo da região, esses dados podem ser ainda mais alarmantes. Na região Nordeste, por exemplo, apenas 3,7% dos professores regentes possuem formação continuada sobre Educação Especial.

Barreiras atitudinais: O problema da falta de formação continuada para professores pode gerar outra barreira, a atitudinal. As barreiras atitudinais afetam diretamente a relação entre o professor e o estudante NEE, desencadeadas por atitudes de generalização, rotulação, medo, rejeição, negação, baixa expectativa, entre outras atitudes.

Diante das contradições da realidade concreta das escolas no tocante à garantia do acesso à educação, como a Educação Física escolar tem lidado com o desafio da inclusão de estudantes NEE?

Historicamente, a Educação Física por muito tempo teve a sua identidade vinculada ao conceito de “homem perfeito”. A forma que a deficiência

¹ Rede Municipal de Ensino de Feira de Santana (BA), jopasdoria@gmail.com

² Rede Municipal de Ensino de Feira de Santana (BA), delmasantossilva@yahoo.com.br

foi vista na história da humanidade em alguma medida também se relaciona com esse conceito. O culto ao corpo perfeito, perpetuado durante séculos, não permitia acesso às práticas de atividades físicas ou às aulas de Educação Física por aqueles que eram associados a estereótipos, como “gordinhos”, “baixinhos”, “desengonçados”, etc.

Nesta perspectiva excludente, a Educação Física incluía neste grupo pessoas que apresentassem qualquer tipo de diferença funcional, seja física, neurocognitiva ou sensorial, segregando-os para os centros de atendimentos específicos. A ampliação do horizonte de possibilidades no âmbito do trato com os conhecimentos da Educação Física pôde torná-lo um importante instrumento para construção de equidade social na escola. Uma dessas possibilidades é o trato com os esportes adaptados.

O esporte adaptado pode não só trazer benefícios físicos para seus praticantes, mas ressignificar sua vida no âmbito social e na autoestima, assim como cumpre um importante papel “[...] para modificar visões equivocadas por parte de toda a sociedade, que em muitos casos ainda se balizam em noções de incapacidade e assistencialismo, fortalecendo a compreensão e valorização das diferenças individuais (KIM, LEE, OH, 2017 apud SERON et al, 2021). Para tanto, é importante também questionar a corponormatividade no interior da escola, em que determinados corpos são considerados inferiores, incapazes ou passíveis de reparação/reabilitação quando situados em relação aos padrões hegemônicos corporais/funcionais.

Como é algo estrutural, o capacitismo também percorre as vias do âmbito esportivo. A baixa prevalência de pessoas com deficiência que conseguem manter um estilo de vida fisicamente ativo, o que em muitos casos ocorre pela falta de acessibilidade arquitetônica, atitudinal, metodológica e instrumental, acende um alerta sobre como está o nível de acesso dos estudantes NEE às práticas corporais no âmbito da Educação Física escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Distante de esgotar o debate, apontamos algumas considerações finais. Nos propomos neste ensaio a tratar sobre os limites e possibilidades da Educação Física na construção de uma cultura anticapacitista na escola. Por reproduzir as contradições da sociedade de classes, o espaço escolar ao mesmo tempo que pode reproduzir concepções limitadas e limitantes sobre a deficiência, é capaz de se constituir enquanto espaço de construção de contra-hegemonia, em que o respeito à diversidade seja fio condutor de um projeto de educação inclusiva. Nesta perspectiva, nos limites e possibilidades concretas vivenciadas nas escolas, a Educação Física pode ser colocada como espaço privilegiado de questionamento da corponormatividade e de desenvolvimento da potencialidade dos esportes e práticas corporais adaptadas, tanto na experimentação direta quanto na tomada de consciência coletiva sobre o tema.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, Júlio Groppa (org.) **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1988. p. 11-30.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2022**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**: Edição comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SERON, Bruna Barboza (et al). O esporte para pessoas com deficiência e a luta anticapacitista - dos estereótipos sobre a deficiência à valorização da diversidade. **Revista Movimento**, v. 27, p. e27048, 2021.

TERRA. **94% dos professores não têm formação para lidar com alunos com deficiência** Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/educar-para-incluir/94-dos-professores-nao-tem-formacao-para-lidar-com-alunos-com-deficiencia,5d4213e256ec2b1bd3204e649b0f49a9sqswjtji.html#:~:text=No%20Brasil%2C%20cerca%20de%2094,e%20altas%20habilidades%20ou%20superdota%C3%A7%C3%A3o.> Acesso em 13 de jul. 2024.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física, Educação inclusiva, Capacitismo

¹ Rede Municipal de Ensino de Feira de Santana (BA), jopasdoria@gmail.com

² Rede Municipal de Ensino de Feira de Santana (BA), delmasantossilva@yahoo.com.br